Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

Artigo

AÇÕES EDUCATIVAS VOLTADAS ÀS QUESTÕES NUTRICIONAIS EM ESCOLARES: UMA PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

EDUCATIONAL ACTIONS FOCUSED IN NUTRITIONAL ISSUES IN SCHOOL: A PERSPECTIVE OF PROMOTING HEALTHY ALIMENTATION

Ismênia Kaliany Gomes Galdino[1]
Mayra Vieira Pereira Targino[2]

RESUMO - Sabe-se que a boa alimentação e a boa nutrição dependem da produção e distribuição dos alimentos, que são influenciados pela economia do país e também pela educação da população. As práticas de alimentação são importantes determinantes das condições de saúde em todas as fases do ciclo da vida, adquiridas na infância podendo se solidificar na vida adulta. Devido a esta razão, o âmbito escolar representa o ambiente favorável para que essa transformação ocorra, pois os professores exibem um importante papel como formadores de opinião. A prática de uma dieta saudável desde a infância favorece níveis ideais de crescimento e desenvolvimento, atuando diretamente na melhora do nível educacional e consequentemente reduzindo os transtornos de aprendizado prevenindo deficiências nutricionais e até a obesidade. O principal problema de saúde pública estruturado pelos profissionais de nutrição era a desnutrição, o que se tornou um dos temas mais discutidos na década de 1980. Porém, com o estilo de vida moderno, grandes alterações foram mudadas tanto no comportamento humano como nos hábitos alimentares a necessidade de refeições mais práticas e rápidas facilitando a vida e tornando a população cada vez mais susceptível à obesidade, doenças cardiovasculares e ao diabetes.O presente estudo teve como objetivo mensurar as ações educativas relacionadas às questões nutricionais. O presente estudo Tratou-se de um levantamento bibliográfico, através de pesquisas em artigos científicos, encontrados nos bancos de dados dos sites informativos: Scielo, Google Acadêmico, em livros, periódicos, revistas e documentos publicados na impressa oficial, a fim de enfatizar o tema abordado no estudo. Ações educativas voltadas às questões nutricionais em escolares: uma revisão

[1] Graduanda do Curso de Bacharelado em Biomedicina das Faculdades Integradas de Patos – PB. ismeniakalainy@hotmail.com.
[2] Nutricionista. Mestre. Docente nas Faculdades Integradas de Patos – PB. mairayssa@yahoo.com

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

literária. Diante do exposto, espera-se que este projeto seja de suma importância na formação de hábitos alimentares convenientes para saúde nos grupos que serão por eles assistidos, para melhoria da saúde destes evitando alterações patológicas como: diabetes mellitus, obesidade e desnutrição.

PALAVRAS-CHAVE: Ações educativas. Escolares. Questões nutricionais.

ABSTRACT - It is known that the good food and good nutrition are dependent on the production and distribution of food, which are influenced by the country's economy and also for the education of the population. Feeding practices are important determinants of health at all stages of the cycle of life, acquired in childhood and if solidify into adulthood. Due to this reason, the school context represents the environment favorable for this transformation to occur, because the teachers have an important role as opinion leaders.The practice of a healthy diet from childhood promotes optimal levels of growth and development, working directly in the improvement of the educational level and consequently reducing the learning disorders preventing nutritional deficiencies and even obesity. The main problem of public health structured by nutrition professionals was malnutrition, which became one of the most discussed themes in the Decade of 1980. However, with the modern lifestyle, major changes were changed so much on human behavior as in eating habits the need for more practical and fast meals facilitating life and making the population increasingly susceptible to obesity, cardiovascular disease and diabetes.The present study aimed at measuring the educational actions related to nutritional issues.The present study was a bibliographic survey, through research in scientific articles, found in the databases of informational sites: Scielo, Google Scholar, in books, journals, magazines, and documents published in the official printed, in order to emphasize the theme addressed in the study. Educational activities geared to nutritional issues in schools: a literary review.Given the above, it is hoped that this project is of the utmost importance in the formation of convenient eating habits for health in groups that will be for they assisted, for improving health of avoiding pathological changes such as: diabetes mellitus, obesity and malnutrition.

KEYWORDS: Activities Educational. Schools. Nutrition Issues.

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

INTRODUÇÃO

A promoção da alimentação saudável é uma medida essencial para a saúde e a educação nutricional é um dos caminhos existentes, que leva a população a refletir sobre o seu comportamento alimentar a partir da conscientização sobre a importância da alimentação para a saúde (RODRIGUES; RONCADA, 2008).

As práticas de alimentação são importantes determinantes das condições de saúde em todas as fazes do ciclo da vida, adquiridas na infância podendo se solidificar na vida adulta. Por este motivo, intervir precocemente neste processo de formação por meio de ações educativas pode influenciar positivamente na formação dos hábitos alimentares, contribuindo para o estabelecimento de o comportamento alimentar saudável (VARGAS; LOBATO, 2007).

O "Projeto Educando com a Horta Escolar", da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura(FAO) em parceria com Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE), que vem se constituindo com uma atividade educativa em alimentação e nutrição na escola, podendo ser visto como uma possibilidade em que docentes de todas as áreas e níveis de ensino desenvolvam atividades, envolvendo conhecimentos multidisciplinares, privilegiando o trabalho em grupo (SANTOS, 2012).

A questão da promoção de hábitos alimentares saudáveis passou a constar nos programas oficiais brasileiros, a exemplo da Politica Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), implantada no final da década de 1990, na qual se verifica o estimulo as ações em alimentação e nutrição, incluindo a perspectiva de acesso universal aos alimentos (DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2012; SANTOS, 2012).

O principal problema de saúde pública estruturado pelos profissionais de nutrição era a desnutrição, o que se tornou um dos temas mais discutidos na década de 1980. Porém, com o estilo de vida moderno, grandes alterações foram mudadas tanto no comportamento humano como nos hábitos alimentares a necessidade de refeições mais

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

práticas e rápidas facilitando a vida e tornando a população cada vez mais susceptível à obesidade, doenças cardiovasculares e ao diabetes (BRASIL, 2001; TIRAPEGUI, 2006). Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo mensurar as ações educativas relacionadas às questões nutricionais em escolares.

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

Os hábitos alimentares refletem padrões culturais e socioeconômicos dominantes de uma determinada sociedade e mudam quando há modificações nesses padrões. No Brasil a obesidade têm se revelado como um novo desafio para a saúde pública, sua incidência e sua prevalência tem crescido de forma desacerbada nos últimos 30 anos. Portanto, é essencial que a população tenha o acesso econômico e social a uma alimentação quantitativa e qualitativa adequada, que atenda aos objetivos de saúde, prazer e convívio social (BOOG, 1999; BRASIL, 2006).

Diante do exposto, fica evidente que há uma necessidade da inserção de políticas que proporcionem uma educação alimenta significativa capaz de criar um novo sentido ao ato de comer, estimulando a mudança de hábitos e promovendo práticas alimentares saudáveis.

A difusão da noção de promoção das práticas alimentares saudáveis pode ser observada nas mais diversas ações políticas e estratégias relacionadas com alimentação e nutrição.A questão da promoção de hábitos alimentares saudáveis passou a constar nos programas oficiais brasileiros, a exemplo da PNAN, pode-se afirmar que essa noção é resultante do cruzamento entre o conceito de promoção da segurança alimentar e o da promoção de saúde (DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2012).

A instituição da PNAN pode ser considerada como uma das expressões que oficializam a busca de uma nova direção das políticas de alimentação e nutrição no final

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

da década de 1990. A PNAN pressupõe contrapor o modelo de atenção prevalecente no campo da alimentação e nutrição a partir de 1970. A questão da promoção de hábitos alimentares saudáveis passou a constar nos programas oficiais brasileiros, a exemplo da (PNAN), implantada no final da década de 1990, na qual se verifica o estimulo as ações em alimentação e nutrição, incluindo a perspectiva de acesso universal aos alimentos (ASSIS et al., 2002; SANTOS, 2012).

A PNAN faz uma maior abrangência no enfoque dos problemas nutricionais, passando a considerar a obesidade como alvo das políticas, ao lado do combate à fome e a desnutrição. Isso corresponde ao quadro alimentar nutricional vigente, caracterizado por uma expressiva redução da desnutrição energético-protéica, concomitante a um aumento do sobrepeso e obesidade em todas as classes sociais. Assim sendo, a PNAN tem sua atenção voltada para o direito humano à alimentação adequada,garantindo a qualidade das substâncias consumidas no País, além de promover práticas de alimentação saudável e evitar desordens nutricionais. Portanto, a opção pelo autocuidado como tragédia educativa congrega atividades para a promoção de saúde, para a modificação do estilo de vida prejudicial à saúde, para a diminuição dos fatores de risco e prevenção específica de doenças, para a manutenção e recuperação da saúde e, por fim, para a reabilitação (COPPARD, 1985; BATISTA, 2003; BRASIL, 2010).

O papel da educação nutricional está vinculado a produção de informações que sirvam como subsídios para auxiliar a tomada de decisões dos indivíduos que outrora foram culpabilizados pela sua ignorância, sendo posteriormente vítimas da organização social capitalista, e se tornam agora providos de direitos e são convocados a ampliar o seu poder de escolha e decisão, porém, outros fatores determinam a escolha dos alimentos que são as referências alimentares, sabe-se que existe uma preferência inata pelo sabor doce e a rejeição pelo sabor amargo e azedo mas, a preferência é moldada por experiências repetidas com o alimento, com associações ao contexto social e as consequências fisiológicas da ingestão do alimento,no período de 1990 a 2010 os indivíduos passam a

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

ser tratados como portadores de direito e foram então convocados a ampliar seu poder de escolha e decisão(SANTOS, 2012).

DESNUTRIÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (2000), a desnutrição engloba um conjunto de situações patológicas como consequências da falta de calorias e proteínas, em proporções diversas, acometendo, sobretudo, as crianças. Portanto, a desnutrição é o produto final da falta de disponibilidade celular de nutrientes essências em quantidade e qualidade suficientes.

A desnutrição é qualquer alteração no estado nutricional da criança, podendo ser primária ou secundária. Onde a primária depende do nível de oferta de nutrientes, que pode esta aumentada ou diminuída em relação às necessidades do organismo e a secundária é um distúrbio nutricional decorrente de doenças sistêmicas como alcoolismo, diabetes, câncer entre outras, que dificultam o uso adequado dos nutrientes (LEÃO et al., 2005; MONTENEGRO; FRANCO, 2006).

A desnutrição infantil e a pobreza são diferentes dimensões, mas que são dois fatores que estão relacionados com algo em comum, partindo da desnutrição primária até a desnutrição secundária. Isso são questões no cotidiano onde devermos observar tanto na parte financeira como não, mesmo crianças e adultos que não são desnutridos, não por falta de alimentos, mais sim de cuidados especiais, de um salário digno para sua própria sobrevivência. Por isso devemos observar vários exemplos neste ponto de vista, de pais desempregados ou pais que precisam trabalhar deixando seus filhos no domicílio sem nenhuma orientação, no caso a má nutrição, onde a criança estar no comando de casa e que come tudo o que quiser na frente de uma televisão, desenvolvendo vários problemas, entre eles a obesidade. Outro fator são crianças que estudam em colégio particular que

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

deixam de se alimentar com lanches saudáveis feitos pela própria mãe e passa a alimentar-se de frituras, que dentro desse padrão caberia a desnutrição secundária refere-se um quadro agravante e assustador. São casos sérios que os pais deveriam se preocupar na alimentação dos seus filhos, tanto nas escolas, como nas horas das refeições substituindo nutrientes mais saudáveis.(MONTENEGRO; FRANCO, 2006; TIRAPEGUI, 2006).

OBESIDADE INFANTIL

A obesidade infantil é definida, por um acúmulo excessivo de massa de gordura, pode ter início em qualquer época da vida, mas seu aparecimento é mais comum especialmente no primeiro ano de vida, entre cinco e seis anos de idade e na adolescência, mas deve-se considerar que em qualquer fase da vida a obesidade exige uma atenção especial, encontra-se cada vez mais aumentada devido àmá escolha dos alimentos. Onde esse índice pode ser mudado, trocando a má alimentação por alimentos saudáveis e nutritivos. O papel dos pais é de fundamental importância para que possa mudar esse índice, regulando o horário da alimentação e garantindo uma alimentação balanceada e cheia de carboidratos, proteínas, vegetais e frutas. Antigamente, o principal problema de saúde pública constatado pelos profissionais de nutrição era a desnutrição, que se tornou um dos problemas mais discutidos na década de 1980. Portanto, com o modernismo, várias alterações foram modificadas tanto nos compartimentos humanos, como nos hábitos alimentares fazendo refeições rápidas e práticas, facilitando o dia-a-dia e tornando-se cada vez mais fácil adquirir a obesidade, doenças cardiovasculares e o diabetes. De acordo com os estudos epidemiológicos, a prevalência do excesso de peso vem excedendo a de desnutrição em todas as faixas etárias de idade, o que representa fator de risco em curto e longo prazo para o aparecimento de Doenças Crônicas Não

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

Transmissíveis (DCNT), as quais são cada vez mais frequentes e precoces na sociedade contemporânea (MOTTA, 2001; LEAL et al., 2012; MENEZES et al., 2011).

Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada em 2008-2009, a prevalência de excesso de peso (índice de massa corporal – IMC/idade >1 escore Z) e obesidade (IMC/idade >2 escore Z) em crianças de cinco a nove anos foi de 33,5% e 14,3%, respectivamente. A obesidade correspondeu a cerca de um terço do total de casos de excesso de peso no sexo feminino e quase metade no masculino. A prevalência do excesso de peso oscilou de 25 a 30% nas regiões Norte e Nordeste e de 32 a 40% nas regiões Sudeste, Sul e Centro–Oeste (IBGE, 2010).

A atenção primária representa uma boa oportunidade de intervenção contra a obesidade infantil, mas é preciso um modelo eficaz de atuação. É necessária uma equipe de profissionais de saúde treinada, opções para mudanças de hábitos de vida, levando a alterações de comportamento por meio da combinação de aconselhamento,educação,com recursos audiovisuais, apoio e motivações (SARGENT; PILOTTO; BAUR, 2011).As principais causas que induz a este desequilíbrio envolve inúmeros fatores: metabolitos, hipotalâmicos, genéticos, psicossociais e culturais.

Estima-se que a avaliação nutricional de rotina de crianças e adolescentes seja acompanhada no decorrer do seu crescimento e desenvolvimento para que seu estado nutricional resulte no consumo energético alimentar equilibrado sem ganhar e sem perder peso, pois o balanço energético é a relação entre o saldo ingerido e o total de energia gasta pelo corpo e suas atividades praticadas (ZANELLA, 2006).

METODOLOGIA

Tratou-se de um levantamento bibliográfico, através de pesquisas em artigos científicos, encontrados nos bancos de dados dos sites informativos: Scielo, Google

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

Acadêmico, em livros, periódicos, revistas e documentos publicados na impressa oficial, a fim de enfatizar o tema abordado no estudo: Ações educativas voltadas às questões nutricionais em escolares: uma revisão literária.

DISCUSSÃO

De acordo com Boog (1997), a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constitui uma estratégia preconizada pelas políticas públicas em alimentação e nutrição, sendo considerado um importante instrumento para promoção de hábitos alimentares saudáveis. O interesse pelo tema no Brasil surgiu na década de 1940 e, até 1970, esteve relacionada à introdução de alimentos novos para população por interesses econômicos, às publicações voltadas para divulgação de materiais informativos, e à adoção de medidas que privilegiavam a suplementação alimentar e atividades de combate a carências nutricionais específicas. Na década de 1970, por seu turno, houve referência à renda como principal obstáculo à alimentação adequada e nesse período a educação nutricional foi menos destacada nos programas de saúde pública por aproximadamente duas décadas.

De acordo com o Ministério da Saúde (2012), a questão de hábitos alimentares saudáveis passou a constar nos programas oficiais brasileiros, a exemplo da (PNAN), implantada no final da década de 1990, na qual se constata o fomento às ações em alimentação e nutrição, incluindo a perspectiva de acesso universal aos alimentos.

Segundo Santos (2012), no período de 1990 a 2010 os indivíduos passam a ser tratados como portadores de direitos e foram então convocados a ampliar seu direito de escolha e decisão.

Para Ramos, Santos e Reis (2013), a EAN não acompanhou da mesma maneira a consolidação enquanto um campo de conhecimento como as demais áreas dentro do campo da nutrição, fato que representou certa limitação no seu desenvolvimento nos

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

campos de práticas e no aperfeiçoamento de suas bases teórico-metodológicas, bem como na produção acadêmico-científica. Entretanto, de acordo com Santos (2005), embora a relevância da educação nutricional seja reconhecida atualmente, sobre tudo nas políticas públicas em alimentação e nutrição, ainda há poucas referências quanto aos elementos que norteiam sua prática.

Com base nos estudos de Pitanga (2002), a maioria dos artigos analisados tomou como referência metodológica os estudos epidemiológicos de intervenção cujo objetivo é avaliar o efeito de um tratamento específico aplicada a uma amostra de sujeitos, testando-se seu efeito e como ele poderá ser mensurado e permitindo comparações que poderão ser feitas com outras intervenções. Porém, ao se tratar de estudos no campo da educação tais metodologias apresentam limitações como o curto tempo entre a intervenção e a avaliação, o uso de questionários como a principal forma de avaliação e o não envolvimento da comunidade escolar – professores, funcionários e familiares dos escolares na intervenção.

Segundo Brasil (2006), nas normatizações do PNAE, proposições nessa direção podem ser percebidas a partir de 2006, com a portaria interministerial 1.010/2006, que define como primeiro eixo prioritário para a promoção da alimentação saudável nas escolas as ações de educação alimentar e nutricional. Entretanto, de acordo com Brasil (2009), com a Lei de nº 11.947/2009 e a resolução FNDE nº 38/2009 expõem em sua segunda diretriz que deve haver a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino e aprendizagem, passando pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Para Oude Luttikhuis et al. (2009), ações para o tratamento da obesidade infantil têm mostrado efeitos positivos em vários estudos. Entretanto, de acordo com Sargent et al., (2011), a atenção primária representa uma boa oportunidade de intervenção contra obesidade infantil, mas é preciso um modelo eficaz de atuação. É necessária uma equipe

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

de profissionais de saúde treinada, para mudanças de hábitos de vida, levando a alterações de comportamento por meio da combinação de aconselhamento, educação, com recursos audiovisuais, apoio e motivação.

De acordo com Brasil (2003), a PNAN, ao direcionar esforços para construí-la de uma agenda integrada da nutrição, não deixa dúvidas quanto à gravidade do problema representado pela obesidade em nosso meio. A PNAN reconhece, também, a natureza complexa da obesidade e define um conjunto de ações, no âmbito da saúde e de outros setores, para assegurar ambientes propícios a padrões saudáveis de alimentação e nutrição para todos.

Para Brasil (2001), os elevados índices de sobrepeso e obesidade em escolares no Brasil e no mundo suscitaram a necessidade de programar estratégias de promoção da alimentação saudável para essa população. O Estado de Santa Catarina foi pioneiro, criando uma legislação específica (Lei Estadual 12.061/2001), para regulamentação dos alimentos fornecidos nas cantinas.

Segundo Reis et al. (2007), a fiscalização desses estabelecimentos é necessária, juntamente a ações de educação nutricional, visando promover hábitos alimentares mais saudáveis e fornecer subsídios para políticas de alimentação escolar.

De acordo com os estudos de Gabriel et al.(2009), ao avaliarem o cumprimento da lei no Estado de Santa Catarina, observaram que a presença da cantina foi significativamente maior no setor privado (p<0,001), comparada ao público. A maioria das cantinas (68%) não vende salgadinhos fritos, refrigerantes, pipocas industrializadas, balas, pirulitos e gomas de mascar. Esses resultados mostram que, após oito anos da promulgação da lei, a fiscalização desses estabelecimentos é necessária, juntamente com ações educativas direcionadas aos proprietários das cantinas, alunos e administração escolar.

Com base nos estudos de Friedrich et al. (2012),foi observado o efeito da intervenção nutricional na redução do Índice de Massa Corporal (IMC) com 3.524

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

participantes. Tal estudo concluiu que as intervenções com a educação nutricional não mostraram efeito significativo na redução do IMC. O que pode ser explicado parcialmente pelo reconhecimento de que mudanças na massa corporal não ocorrem em curto período, sugerindo que esse pode não ser um método apropriado para avaliar intervenções educativas desenvolvidas em curto espaço de tempo.

Vargas et al.(2011), ressaltam em seu estudo que é possível queosestudantes não tenham modificado suas práticas, mas adquirido práticas mais adequadas à norma do programa na avaliação pós-intervenção. Os mesmos podem ter dado respostas mais condizentes com o que aprenderam com as atividades desenvolvidas no programa,e não propriamente com suas práticas. Tal fato reforça a ideia de que métodos mais apropriados para avaliar todo processo educacional devem ser desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desses resultados, os estudos optaram predominantemente por desenhos metodológicos baseados nos estudos epidemiológicos de intervenção que terminam por refletir a lacuna existente entre a teoria e a prática.

As ações educativas quando voltadas para as questões nutricionais, caracteriza-se como um importante aliado na melhoria da saúde infantil. A educação nutricional constitui um processo por meio do qual se obtêm mudanças de conhecimentos de nutrição, atitudes com relação à alimentação de práticas alimentarescondizentes à saúde.

A educação em nutrição éentendida como uma combinação de experiências de aprendizagem destinadas a facilitar a doação voluntária de condutas alimentares e outras condutas relacionadas à nutriçãoque conduzam a saúde e bem estar tem contribuído para a prevenção e controle dos problemas relacionados com alimentação no mundo.

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

REFERÊNCIAS

ASSIS, A.M.O.; SANTOS, S.M.C.; FREITAS, M.C.S.; SANTOS, J.M.; SILVA, M.C.M. O Programa Saúde da família: contribuição para uma reflexão sobre a inserção do nutricionista na equipe multidisciplinar. **Revnutr**, v. 15, n. 3, p. 273-82, 2002.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. Atransição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad saúde pública**, v. 19, n.1, p.182-91, 2003.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. **Cad. De Saúde pública,** v.15, n.2, p. 139-147, 1999.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Rev. Nutr,** v.10, p. 5-19, 1997.

BRASIL -Ministério da Saúde. **Manual de Enfermagem:** Instituto para o desenvolvimento da Saúde. Universidade de São Paulo. Brasília: MS, 2001.

BRASIL - Ministério da Saúde. Política nacional de alimentação e nutrição. 2ª ed. Série B. Textos Básicos de Saúde. **Brasília (DF): Ministério da Saúde**, 2003.

BRASIL - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: **Antropométrica,estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil**, Brasília (DF): IBGE,2010.

BRASIL. Lei no. 12.061, de 18 de dezembro de 2001. Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina. **Brasília (DF): Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, 2001.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 demaio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da União,**2006.

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

BRASIL. Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**,2009.

COPPARD, L.**La autoatención de lá salud y losancianos.** *In*: Organización Pan-Americana de La salud. Haciaelbienestar de losancianos. Washington DC; 1985. (OPS-publicación cientifica. 492).

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de alimentação e nutrição. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2012.

FRIEDRICH, R.R.; SCHUCH, I.;WAGNER, M.B. Efeito de intervenções sobre o índice de massa corporal em escolares. **Rev SaúdePública**, v.46, p.551-60, 2012.

GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A.; ANDRADE, D. F.; SCHMITZ, B.A.First law regulating school canteens in Brazil: evaluation after seven years of implementation. **Arch Latinoam Nutr,**v. 59, p. 128-38, 2009.

LEAL, V. S.; LIRA, P. I.; OLIVEIRA, J. S.; MENEZES, R. C.; SEQUEIRA, L. A.; ARRUDA NETO, M.A*et al*. Overweight in children and adolescents in Pernambuco state, Brazil: prevalence and determinants. **Cad Saude Publica,** v.28, p.1175-82, 2012.

MENEZES, R. C.; LIRA, P. I.; OLIVEIRA, J. S.; LEAL, V. S.; SANTANA, S. C.; ANDRADE, S. L *et al*. Prevalence and determinants of overweight in preschool children. **J Pediatr (Rio J)** v.87, p. 231-7, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan.

MOTTA, M.E.F.A. Desnutrição e obesidade em crianças.**Jornal de pediatria.**v. 77, 2001. Disponível em: www.jped.com.br.

MONTENEGRO, Mário R.; FRANCO, Marcello. **Patologia: Processos Gerais.** 4 ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Manejo da Desnutrição Grave: manual para profissionais de saúde de superior e suas equipes auxiliares.**Brasília: WHO/OPS/Representação do Brasil, 2000.

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

OUDE LUTTIKHUIS, H.; BAUR, L.; JANSEN, H.; SHREWSBURY, V. A.; MALLEY, C,;STOLK, R.P. Interventions for treating obesity in children. **Cochrane DatabaseSyst Rev**, CD001872, 2009.

PITANGA, F.J.G. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Rev Bras. CiêncMov**, v.10, p. 49-54, 2002.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, v. 29, n. 11, 2013.

REIS D, MATOS, C. H.; HENN, R.Fulfilmentof Law 12.061/2001 (Law of school snack bars) in public schools of Santa Catarina coast city.**Nutrição em Pauta,** v.15, p. 43-5, 2007.

RODRIGUES, L.P.F.;RONCADA, M.J. Educação nutricional no Brasil: evolução e descrição de proposta metodológica para escolas. **Ciências da Saúde.** Brasília, v.19, n.4, p.315-322. 2008.

SANTOS, L.A.S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Ver. Nutr**, v. 18, p.681-92, 2005.

SANTOS, L.A.S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciênc Saúde Coletiva**, v.17, p. 453-62, 2012.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Cien Saude colet,** 17(suple. 2), p.453-462, 2012.

SARGENT, G.M.; PILOTTO, L.S.; BAUR, L.A. Components of primary care interventions to treat childhood overweight and obesity: a systematic review of effect. **Obes Rev**, v.12, p. 219-235, 2011.

TIRAPEGUI, J. **Nutrição, metabolismo e suplementação na atividade física.**São Paulo: Editora Atheneus p. 4-5, 2006.

VARGAS, I.C. S.; SICHIERI, R.; SANDRE-PEREIRA, G.; VEIGA, G.V. Avaliação de programa de prevenção de obesidade em adolescentes de escolas públicas. **Rev Saúde Pública**, v.45, p. 59-68,2011.

Temas em Saúde
Volume 15, Número 2
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2015

VARGAS, V.S.; LOBATO, R.C. O desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis: uma estratégia de educação nutricional no ensino fundamental. **Vita et sanitas,** Goiás, v1, n.1. 2007.

ZANELLA, M.T. **Tratando de obesidade.**São Paulo: Editor Alaúde, 2006.